

Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral¹

History for our times: historiography as a moral fact

Paulo Knauss²
pknauss@uol.com.br

Resumo. O artigo procura caracterizar a historiografia como fato moral e questiona as relações entre ética e conhecimento histórico. Apresenta um quadro geral de diferentes tendências da história da escrita da história, para demonstrar a diversidade moral da construção do conhecimento histórico. Essa diversidade salienta a historicidade da construção do conhecimento histórico e define a historiografia como prática social. Por fim, o trabalho defende que a interrogação ética faz parte da questão epistemológica da história como disciplina.

Palavras-chave: historiografia, teoria da história, ética, moral, epistemologia.

Abstract. The article wants to characterize historiography as a moral fact and puts in question the relationship between ethics and historical knowledge. It shows a general framework of different tendencies of the history of the historical writing to demonstrate the moral diversity of the construction of the historical knowledge. This diversity stresses the historicity of the construction of the historical knowledge, and, defines historiography as a social practice. Finally, the paper purports that the ethic questioning is part of the epistemological issue of history as a discipline.

Keywords: historiography, theory of history, ethics, moral, epistemology.

¹ Este texto foi antecedido por versões apresentadas no IV Encontro Estadual de Ensino de História, realizado no Rio de Janeiro, no Colégio Pedro II, em junho de 2006; e outra no Departamento de História da Unicentro, Campus de Irati, Paraná, em setembro de 2007.

² Professor do Departamento de História e do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense; Diretor-Geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Nos anos da Segunda Guerra Mundial, o filósofo alemão Theodor W. Adorno, ligado à chamada Escola de Frankfurt, reuniu um conjunto de textos que deram origem ao seu livro *Mínima moralia*. Como o próprio autor anota, os textos foram escritos em condições de contemplação, uma vez que a violência dos tempos o levou a ser banido de seu país de origem. Em tom de testemunho, Adorno, que não parecia ver saída para as coisas, anotou: “Para o intelectual, a solidão inviolável é a única forma em que ainda se pode verificar

a solidariedade. Toda a participação, toda a humanidade do trato e da partilha são simples máscara da tácita aceitação do inumano” (Adorno, 2001, p. 19). “Já não há nada de inofensivo”, acrescenta Adorno, para completar: “já não há beleza nem consolação alguma exceto no olhar que, ao virar-se para o horror, o defronta” (Adorno, 2001, p. 18-19).

A experiência subjetiva individual do processo histórico se revela nestas anotações pessoais que se definem como diálogo interior. Em seu desdobramento,

porém, Adorno elabora uma análise do tempo de guerra que resulta numa caracterização do seu próprio tempo vivido. Desse modo ele conclui: “Causa-nos horror o embrutecimento da vida, mas a ausência de toda a moral objetivamente vinculante impele-nos, pouco a pouco, para modos de comportamento, para discursos e valorações que, segundo a medida do humano, são bárbaras e, inclusive, para o crítico da boa sociedade, carentes de tato” (Adorno, 2001, p. 20). Nessa altura, o sentido de seus escritos evidencia uma caracterização da história a partir de modos de comportamento que traduzem a experiência social. Ao relacionar moral e ordem temporal, a investigação ética se torna ferramenta da interpretação histórica para distinguir as sociedades e seus tempos³.

A consideração de que a mentira dominou o tempo da Guerra fez com que Adorno aproximasse a investigação ética da história, proposta na primeira parte de seu livro, de uma interrogação epistemológica, que vai surgindo nas outras partes do livro⁴. Assim, ao relacionar ética e epistemologia, ele anota: “Com a felicidade acontece o mesmo que com a verdade” – e completa o argumento ao afirmar que não se possui nem a verdade, nem a felicidade, “mas está-se nela” (Adorno, 2001, p. 112). A moral e a verdade se definem como acontecimento, e numa leitura possível de Adorno se torna possível apontar que felicidade e verdade como experiência coletiva andam juntas, pois se definem como históricas. Em outra parte, Adorno considera, ainda, que sentimento e entendimento constituem uma unidade moral (Adorno, 2001, p. 204).

O que interessa sublinhar é que a interrogação sobre a sua própria experiência fez Adorno relacionar moral e história. A partir disso, sua reflexão passou a considerar as bases morais do conhecimento ao relacionar ética e epistemologia. Dito de outro modo, nas palavras de Adorno, “a inteligência é uma categoria moral” (Adorno, 2001, p. 203). Isto nos serve de inspiração para desenvolver uma reflexão sobre a ética do conhecimento pensando especificamente no conhecimento histórico traduzido em escritas da história⁵.

Marca do exílio

A questão ética do conhecimento histórico é anti-ga e permite atravessar os mundos da escrita da História.

Heródoto é tido até hoje como “pai da história”, depois de ter escrito o livro que ganhou o título de *História*. De fato, sua obra lança a idéia da história como investigação, tal como a etimologia da palavra grega sugere. No entanto, essa idéia da origem do conhecimento a partir da obra do famoso autor grego da Antigüidade despreza o fato de que as sociedades sempre conviveram de algum modo com formas de construção do conhecimento da história da sociedade. Isso significa, como defende François Hartog, que é preciso considerar a necessidade de descentrar e historicizar a experiência grega confrontando-a com outras culturas e levando em conta como se constituiu em torno de uma série de opções (Hartog, 2000).

De outro modo, é comum lembrarmos da tradição oral como marca de muitas sociedades, que vivem na memória e justificam atos contemporâneos por sua relação com atos ancestrais. Ainda hoje, na nossa sociedade, temos ritos que revivem essa forma de se relacionar com o passado, em datas cívicas ou de sentido religioso, que atribuem sentido laico ou sagrado à história. É verdade que os sentidos vão sendo redefinidos, e é comum, hoje, pensar várias dessas datas comemorativas como um fato econômico, como, por exemplo, o caso do Natal. Mas não há como explicar o fato econômico se não levarmos em conta que qualquer associação justaposta se justifica por uma tradição que se opera sobre o conhecimento histórico e procura presentificar a experiência do passado por meio da lembrança. O exemplo serve para não se relegar tradições da história ao conjunto de povos ditos primitivos, ou primeiros, ou a fatos de um tempo antigo e distante.

Mas por que Heródoto, e depois Tucídides – com a *História da Guerra do Peloponeso* – fizeram a diferença na Antigüidade? Moses I. Finley, o historiador britânico da Antigüidade clássica, apresenta o argumento de que o aparecimento da História como investigação e como conhecimento, na Grécia Antiga, está relacionado com o advento da *polis*, que representa a afirmação do campo da política e da discussão pública (Finley, 1989). A interrogação proposta questiona as relações entre poder e conhecimento como uma marca da história da História. Não sem razão, Heródoto e Tucídides, personagens emblemáticos da historiografia antiga, foram exilados políticos. Heródoto foi um homem que foi obrigado a fugir

³ Há na primeira parte do livro um item cujo título afirma a relação moral e ordem temporal (Adorno, 2001, p. 76).

⁴ “Entre os insidiosos práticos de hoje, a mentira já há muito perdeu a sua honrosa função de enganar acerca do real. Ninguém acredita em ninguém, todos sabem a resposta. Mente-se só para dar a entender ao outro que a alguém nada nele importa, que dele não se necessita, que lhe é indiferente o que ele pensa acerca de alguém” (Adorno, 2001, p. 24).

⁵ Moral e ética são em geral consideradas sinônimos, cujas raízes etimológicas são distintas, mas servem para fazer referência a um conjunto de regras de conduta ou costumes. Em sua conceituação é possível estabelecer distinções. Nesse texto, acompanhamos a convenção de definir moral como o fenômeno social, e ética como a reflexão filosófica. Para uma referência geral, veja-se (La Taille, 2006).

de sua terra natal, Helicarnasso, no contexto das guerras persas e depois de uma revolta. Foi um homem do tempo de Péricles e que esteve ao lado de suas forças na fundação da colônia de Turios, nos anos de 440 a.C. Tucídides, por sua vez, chegou a ser o *estratego* de sua cidade, Atenas, assumindo assim uma função pública de destaque social. Após o fracasso de uma missão militar e a perda do poder em sua cidade, foi condenado ao exílio. Nesse sentido, há na historiografia fundadora uma manifestação de consciência provocada pela condição política de seus autores e a possibilidade de participar da discussão pública a partir da escrita. Essa condição define uma moral sob a marca do exílio para o estudo da história.

Gratidão e divergência

Eginhardo, o célebre autor que representa a historiografia da Alta Idade Média, do século IX. d.C., também retoma, em outras bases, o método do ver e ouvir dos antigos ao elaborar os anais de vários reinados, e recoloca em outras bases os vínculos entre política e História. Contudo, no caso da *Vida de Carlos Magno*, o que se lê é muito mais uma memória da própria experiência ao narrar fatos que foram vivenciados pelo próprio autor. Como secretário, ministro e amigo de Carlos Magno, ele acompanhou o rei dos francos em diferentes situações da sua corte. Depois da morte de seu amigo é que Eginhardo se dedica a registrar a biografia do rei. O autor também pretende cobrir todos os registros, baseado no que viu com seus próprios olhos, tal como ele anuncia, para não deixar no esquecimento “a vida mais gloriosa do rei mais excelente e mais maravilhoso de todos os príncipes de seu tempo e seus ilustres feitos” (Einhard, 2007, Prefácio). É, no entanto, no prefácio de seu livro que se verifica a diferença da tomada de consciência em relação à história. Como ele mesmo indica em seu texto, desde que o rei o admitiu na corte e no convívio com seus filhos, o cronista régio e o monarca passaram a viver numa amizade constante. Explica, então, sua obra como produto da *gratidão*. Há aí uma manifestação de consciência muito distinta da obra dos antigos e que orienta o estudo da história por uma ética da gratidão ao rei, desdobrada numa relação afetiva e sacralizadora com os fatos do passado.

Outro nome emblemático da historiografia é o de Lorenzo Valla, conhecido como autor do *Discurso sobre a falsificação da alegada Doação de Constantino*, de 1439⁶.

Esse padre do humanismo italiano do século XV, filólogo importante e grande conhecedor do latim, ensinou em diversas universidades até que foi integrado à corte de Afonso V de Aragão, em Nápoles. Serviu ao mecenado como secretário privado e o defendeu em inúmeras causas de seus inimigos. Esse apoio foi fundamental para Lorenzo Valla conseguir escapar do tribunal da Inquisição, ao qual foi conduzido por suas posições teológicas. Depois da morte do papa Eugênio IV, sua relação com Roma mudou, e ele chegou a ser nomeado secretário do novo papa Nicolau V e continuou servindo em Roma a Calixto III.

De todo modo, sabe-se que Valla também foi um colaborador muito importante para as pretensões territoriais de Afonso de Aragão, que tinha um conflito de propriedade com o estado papal. Nesse contexto, explica-se o trabalho de crítica documental de Lorenzo Valla sobre a fonte da *Doação de Constantino*, em que constava que o imperador romano deixava ao papado o controle das terras devolutas, outorgando à Igreja um vasto domínio de propriedades. Este fato é sempre mencionado em manuais de historiografia como pioneiro na crítica documental. Mas, mais que isso, é importante sublinhar o fato moral que o caracteriza.

Logo na abertura de seu texto, Lorenzo Valla adverte para o fato de que suas pesquisas e trabalhos tinham a marca da divergência em relação a outros autores e obras consagradas. O autor antecipa a interrogação sobre a reação violenta de que podia ser vítima pelas conseqüências de seu estudo. Ele anota que sabia que não estava escrevendo apenas contra mortos, mas também contra os vivos. Assim, como ele mesmo indica, coloca-se para o estudo da história o problema da relação do conhecimento com o princípio das autoridades instituídas. No caso específico do *Discurso sobre a Doação de Constantino*, a crítica documental serviu para questionar a autoridade e o poder da Igreja, num tempo em que “a Igreja se imiscui em tudo”, como dizia Lucien Febvre (1978, p. 49). Há aí uma crítica do documento histórico que é também um recurso para discutir o limite dos poderes instituídos da sociedade. A crítica documental se colocou como crítica à autoridade de poder a que Lorenzo Valla veio a servir mais tarde. Mas, nesse caso, há, especialmente, um confronto entre o poder laico e o poder religioso que está expresso no ato crítico de Lorenzo Valla e que sublinha o campo ético no qual está inserido seu trabalho com a história.

⁶ “Inasmuch as there are those who are shocked that in these I disagree with certain great writers already approved by long usage, and charge me with rashness and sacrilege, what must we suppose some of them will do now! How they will rage against me, and if opportunity is afforded how eagerly and how quickly they will drag me to punishment! For I am writing against not only the dead, but the living also, not this man or that, but a host, not merely private individuals, but the authorities. And what authorities!” (Valla, 2007, p.23).

Assim, o que se verifica no contraste das obras de Eginhardo e Valla é o confronto entre uma historiografia da gratidão e uma historiografia da divergência. O que se coloca como diferença é o princípio de autoridade. No caso da historiografia da gratidão, a leitura do passado se coloca como linear e consagrada da autoridade a partir de sua base afetiva, enquanto, no outro caso, a divergência estabelece a autonomia do conhecimento em relação à autoridade a partir do exercício da crítica.

Arte de governar

O estudo de Lorenzo Valla antecipa os rumos da historiografia e dos espíritos que no século XVII afirmaram a subtração da ética religiosa do pensamento europeu (De Certeau, 1982, p. 172). O rei se estabeleceu como medida da política e dispensava referências religiosas diretas, anunciando um percurso que dissocia a expressão da vida cristã das práticas civis. Ou ainda, como apontou Reinhardt Koselleck, a divisão da realidade histórica em um reino da moral e um reino da política. As guerras civis religiosas na Europa do início da Época Moderna permitiram a afirmação do Estado e criaram a condição necessária ao desenvolvimento do mundo moral. A subordinação da moral à política, nesse contexto, promove o conflito dos cidadãos com o Estado, uma vez que este age sem levar em conta a vertente da emancipação. “Assim, a separação, realizada pelo Estado, entre política e moral volta-se contra o próprio Estado que é obrigado a aceitar um processo moral” (Koselleck, 1999, p. 16). Mas é nessa divisão de mundos que a crítica se instala.

Esse percurso se confirma nos rumos impostos ao pensamento histórico no século XVIII pela filosofia da história. Há um vínculo entre história e arte de governar que se estabeleceu ao longo da Época Moderna e que se traduz no contexto do iluminismo na afirmação do princípio da “história como mestra da vida”, que se contrapõe à “história como arte”, baseada na convergência da história com a poesia e a oratória⁷. A obra histórica de Voltaire é um dos exemplos de como a obra do Estado se tornou o grande objeto da reflexão histórica. Em *História de Carlos XII*, Voltaire justifica seu trabalho anotando que não estava determinado a construir a biografia do rei sueco apenas pela satisfação de escrever sobre fatos extraordinários. Afirma, claramente, que pensava que a leitura do livro poderia ser útil a outros príncipes, se um dia o acaso fizesse cair o livro em suas mãos (Voltaire, 1889a, p. 4).

Em carta de 1740, Voltaire anota, ainda, que se era possível considerar a história útil, do seu ponto de vista era observando o que os reis fizeram de bom e mal aos homens (Voltaire, 1889b, p. 10). Contudo, esse julgamento moral se sustentava na pretensão de uma crítica apolítica da ação política, retificando a separação entre o mundo da crítica e do Estado, apontada por Koselleck. Assim, seus livros de história, como o *Século de Luís XIV*, ou *História de Carlos XII*, e os *Ensaios sobre os costumes e o espírito das nações*, exemplificam a arte de escrever história com o objetivo de ensinar os príncipes a exercerem o bom governo para promover a felicidade dos homens. Os exemplos do passado são tomados como lições de história, demarcando as *épocas de ouro*, como ele mesmo conceituou no seu livro sobre o tempo de Luís XIV. Se o pensamento voltairiano é marcado pela crença na Razão, ao longo de sua trajetória pessoal a aposta na força da Razão foi ganhando matizes. Com o tempo, o reconhecimento de uma certa fragilidade da Razão foi se impondo ao pensamento de Voltaire. É especialmente no poema sobre o terremoto e a destruição de Lisboa que o filósofo assinala os limites da Razão diante da força da Natureza (Mora, s.d.). Nesse movimento de idéias, o pensamento político de Voltaire ganha contornos com a publicação, em 1762, do *Tratado da tolerância* (Voltaire, 1989). O livro, posterior a suas mais conhecidas obras históricas, pode ser definido como um libelo de defesa da liberdade religiosa, mas serviu para afirmar a tolerância como um conceito-chave da política. Não sem motivo, a imagem do fim da vida do filósofo do iluminismo é a do homem que se dedicava ao seu jardim. Desse modo, ele se identifica com o personagem que dá título ao seu conto filosófico mais famoso, *Cândido*, cuja trajetória serviu para problematizar os limites do otimismo, e encontra a alegria no cultivo do jardim. Nessa defesa da perspectiva do jardineiro, é clara a inspiração no pensamento de Epicuro, o mestre da Antiguidade que pregava uma epistemologia dos sentidos e uma metafísica materialista que tinha como fim supremo o prazer em busca da imperturbabilidade de ânimo, da sábia ponderação do gozo e do prudente domínio de si mesmo. A ética da razão de Estado ou da arte de governar conviveu assim com a ética da tolerância de quem cuida de plantas e flores.

Promoção do civismo

Novas condições para o pensamento histórico foram colocadas no quadro político da França depois da Re-

⁷ Esta definição geral da “história como arte”, caracterizada pela convergência da história com a poesia e oratória, está baseada na leitura do primeiro capítulo do tratado quinto do livro de Antonio Mascardi, *Da arte histórica*, cujo original data de 1636 (Mascardi, 1994). Agradeço aqui a Jaques Mario Brand, que me conduziu no estudo da obra de Antonio Mascardi.

volução Francesa. No século XIX francês, os historiadores, formados por uma historiografia para a arte de governar, tiveram um papel fundamental na batalha das idéias e pelo poder. Ao ocuparem posições de Estado decisivas, participaram de modo decisivo no processo de redefinição do campo do conhecimento histórico. É nesse ambiente que François Guizot terminou servindo no período da primeira Restauração ao rei Luis XVIII, como secretário-geral e ministro do Interior, assumindo a posição de crítico do absolutismo e defensor da monarquia parlamentar. Com o retorno de Napoleão ao poder, exilou-se, retornando para servir ao governo da segunda Restauração em 1816, como ministro da Justiça. Mais tarde, serviria ainda como ministro do Interior, para deixar de novo o governo e só retornar ao posto de ministro depois da revolução de 1830 e do estabelecimento do regime constitucional, sob a monarquia de Luis Felipe. Renunciou pouco tempo depois, para retornar em 1832, como ministro da Instrução Pública, permanecendo por 15 anos nessa posição. Esse percurso configurou um perfil que combinou a dedicação ao estudo da história e a atividade política⁸.

Essa mesma época pode ser caracterizada como um período de profissionalização do historiador e da História como disciplina científica na França. Nesse terreno, ao lado da política, François Guizot teve papel igualmente decisivo na criação da *Société de l'Histoire*, cujo primeiro congresso data de 1833. No ano seguinte, o ministro historiador instala no ministério da Instrução um comitê próprio com a missão de dirigir pesquisas e publicação de documentos inéditos (Bergès, 2005). É assim que toda uma geração de profissionais da História se formou sob a inspiração de um modelo de pesquisa documental. Mas, é nesse período da historiografia que os estudiosos da história, ao lado da condição de pesquisador, afirmaram a identidade do historiador como professor, aproximando ensino e pesquisa⁹. Não é por mera coincidência que Guizot, como ministro, liderou o processo de implementação de um sistema de educação pública que serviu de base para o desenvolvimento escolar francês e serviu de inspiração para outros países.

Além disso, quando Guizot ainda exercia o mandato de ministro do Interior, redigiu o famoso documento chamado de *Rapport au Roi*, de 1830, em que defendeu a proposta de criação de uma Inspeção Geral de Monumentos Históricos, definindo um modelo de ação de Estado. Foi somente em 1837, no período em que

Guizot dirigia o Ministério da Instrução Pública, que se estabeleceu a Comissão dos Monumentos Históricos, como primeiro órgão de Estado responsável pelo desenvolvimento de uma política sistemática de promoção do patrimônio cultural na França. Durante essa época, compartilhou da companhia de outro historiador de destaque de sua época: Adolphe Thiers, que chegou a primeiro-ministro de Luis Felipe, o rei burguês, repetindo o modelo de ministro historiador.

Depois da Revolução de 1848 e o estabelecimento do Segundo Império, Thiers e Guizot caíram no ostracismo da política, dedicando-se com afinco ao estudo e à escrita da história. Thiers retornou à cena da política francesa como líder da reação que suprimiu a Comuna de Paris, habilitando-se para ocupar a posição de chefe de Estado e presidente provisional entre 1871 e 1873, desempenhando um papel fundamental na estruturação da Terceira República da França. A instabilidade do quadro político francês no século XIX atingiu ainda a carreira de Jules Michelet e de Edgar Quinet, outros nomes conhecidos do seu tempo pelo conhecimento da história, mas também por suas posições políticas¹⁰.

Mas, de todo modo, foi nesse ambiente de Guizot e Thiers de uma historiografia marcada pelas vertentes do liberalismo que a história se afirmou como conhecimento a ser ensinado nas escolas e promovido pela proteção do patrimônio. A profissionalização do estudo da história levou à construção de um ideal de historiador dividido entre a ciência e a nação, comprometido, de um lado, com a verdade do conhecimento e, de outro, com a pátria. Assim, a história deixou de ser apenas fonte de ensinamentos para os governantes e passou a ser exercitada para que os cidadãos fossem formados de modo a reconhecer a pátria por meio da história nacional. Esse ensino, marcado pelo culto da nação e pela promoção do sentimento patriótico, configurou a História a partir de uma ética do civismo.

Cabe anotar também que essa ética do civismo em torno da História é contemporânea, ainda, do desenvolvimento da ética revolucionária militante na historiografia contraposta a uma ética da neutralidade científica. Em grande medida, estas vertentes demarcam, ainda hoje, o debate sobre o papel do conhecimento histórico. A divisão coloca também sob interrogação as formas de participação do profissional de História na esfera pública, entre o distanciamento e o engajamento. Em todos os casos, porém, o que se coloca é o risco da ciência se

⁸ A trajetória de François Guizot é estudada em De Broglie (1990).

⁹ Sobre esse tema consulte-se, especialmente, a segunda parte do livro de Dumoulin (2003).

¹⁰ Três vertentes podem ser apontadas na historiografia francesa do século XIX: a romântica, a liberal e a republicana. Uma caracterização geral de referência pode ser encontrada em Bizière e Vayssière (1995).

afirmar como instrumento de intervenção social a ponto de produzir sua própria superstição autoritária¹¹.

Usos do passado

Em tempos recentes, a questão ética colocou novos desafios para o mundo do estudo da história. Nos EUA, a *Organization of American Historians* publicou, em 2004, na sua revista, o *Journal of American History*, um dossiê temático sobre a crise ética no campo dos estudos históricos. O debate foi motivado pela denúncia pública de três casos que envolveram plágio e falsificação de dados e informações no campo da História, desafiando a conduta de profissionais e caracterizando a desonestidade no campo do conhecimento histórico¹². Além disso, na França do fim do século XX, a opinião pública foi mobilizada pelos julgamentos de Klaus Barbie, Paul Touvier e Maurice Papon, três personagens emblemáticos do período da ocupação nazista e do colaboracionismo, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Historiadores, conhecidos como especialistas da história do período da ocupação nazista da França, foram convocados pelos tribunais de júri para apresentar seu exame dos fatos, como se fossem peritos¹³. O interesse pela questão também foi colocado em discussão, no ano de 1994, num número especial de *Diogenes* (1994), a revista internacional de ciências humanas publicada com apoio da UNESCO, de forte marca francesa. O estudo da história se afirmou, assim, como um instrumento de julgamento de crimes contra a humanidade e capaz de definir a marca do genocídio.

Ainda que em outro contexto, esses mesmos fatos se repetem no Brasil, onde a comunidade profissional e a opinião pública se mantêm alertas sobre a possibilidade de plágios e difusão de erros de informação histórica. Os profissionais são convocados, também, pelas autoridades públicas como peritos no processo de reconhecimento do direito à terra de comunidades quilombolas, por exemplo.

De um modo ou de outro, o questionamento ético sobre o mundo da História como conhecimento termina envolvendo a Justiça como instituição social. Como indicou Olivier Dumoulin, o envolvimento de historiadores na Justiça renova a missão do profissional de História. A imagem contemporânea do profissional de História ultrapassa a antiga fronteira do erudito e do professor (Dumoulin, 2003).

Estes fatos chamam a atenção para a relação entre as representações do passado e o domínio político do presente, o que significa dizer que o controle da História e o controle social foram sendo combinados de várias formas. Portanto, conforme já foi apontado em ensaio clássico de J.G.A. Pocock, ainda que a preocupação com o passado envolva a historiografia de um modo geral, a sua operação intelectual não está necessariamente relacionada com a solução de problemas do passado, propriamente dito (Pocock, 1962). Ou, dito de outra forma, há uma combinação de pertinência social com pertinência científica em torno do conhecimento histórico, que enraíza socialmente as suas questões e lhe confere historicidade própria, o que permite a Antoine Prost afirmar que “o historiador tem a função de alargar e enriquecer o presente da sociedade” (Prost, 1996, p. 304). Nesses termos é que a História se define como um campo de disputas sociais, que se traduz em torno dos usos do passado (Hartog e Revel, 2001).

A moral é uma dimensão dessa problemática geral em torno da construção da História como campo de conhecimento. Ao refletir a partir de sua experiência pessoal como perito a serviço da Justiça no caso do julgamento de nazistas e colaboracionistas do período da ocupação nazista na França, François Bédarida argumenta que a atividade científica se estende na atividade de perito (ou *expert*), na medida em que uma encontra sua fonte de legitimidade na outra. Contudo, tal como aponta o autor, isso impõe a discussão sobre a responsabilidade social do historiador, que se coloca no espaço de articulação entre a função crítica e a função cívica, acrescidas da função ética¹⁴.

Preocupado em combater as tendências negacionistas do genocídio nazista, o ponto de vista de François Bédarida se desdobra numa defesa da objetividade em História. Assim, o historiador francês do tempo presente, mesmo reconhecendo a influência da dimensão subjetiva da construção do conhecimento, defende com veemência a dimensão objetiva do conhecimento ao argumentar que a solidez dos fatos apresentados pelo estudo especializado é o único modo de combater afirmações gratuitas e falsificadoras (Bédarida, 1998, p. 148). Portanto, desse ponto de vista, a *expertise* insiste na reabilitação do princípio de verdade, como base da validade do conhecimento. No caso da História, o reco-

¹¹ Sobre o tema da superstição da ciência, veja-se Jaspers (1989).

¹² Consulte-se *Journal of American History*. O dossiê é apresentado pelo seguinte texto: “History’s Ethical Crisis: An Introduction” (Meyerowitz, 2004).

¹³ Segundo Olivier Dumoulin, participaram, entre outros autores franceses conhecidos, René Remond, Jean-Pierre Azéma, Philippe Burrin, além do norte-americano Robert Paxton. Henry Rousso chegou a ser convocado, mas se recusou a depor (Dumoulin, 2003).

¹⁴ Um volume de ensaios de François Bédarida, especificamente os artigos da última parte da coletânea, permitem acompanhar aspectos da reflexão do autor sobre a responsabilidade social dos historiadores (Bédarida, 2003). Um dos ensaios da coletânea foi publicado, originalmente, em livro que foi traduzido no Brasil (Bédarida, 1998).

nhcimento do pressuposto da historicidade do objeto histórico precisa caminhar junto com a valorização do método crítico que caracteriza o profissionalismo na História. Assim, ao afirmar que “a pesquisa histórica não é compatível com qualquer coisa”, François Bédarida estabelece uma crítica à lógica relativista que procura superar o fetichismo dos fatos (Bédarida, 2003, p. 150). Nesse sentido, a discussão sobre a responsabilidade do historiador perito se desdobra na defesa de uma certa teoria do conhecimento histórico que tem a ética como base. A objetividade define, portanto, a historiografia do ponto de vista moral.

O debate sobre a dimensão ética do conhecimento histórico proposto por F. Bédarida define o campo da história. Fiel ao seu próprio argumento, o autor define que a construção do conhecimento histórico se realiza na interface entre história e ética. Conforme Bédarida, a dimensão ética do conhecimento da história situa-se no interstício criado pelo distanciamento entre o objeto histórico e o sujeito historiador. A referência ao interstício entre o sujeito e o objeto de conhecimento localiza a ética no campo da metodologia do conhecimento, colocando o debate nas relações entre o lugar social da operação historiográfica e as divisões diante da teoria do conhecimento histórico. Um duplo questionamento fica estabelecido.

De um lado, o tratamento da questão ética diante do conhecimento implica uma interrogação epistemológica. A história do pensamento moral caracteriza a historicidade das formas de conhecimento. Essa marca de historicidade evidencia a multiplicidade de relações moralmente definidas com o conhecimento ao longo dos tempos. Isso permite desenvolver um inventário moral da história, considerando que as diferenças morais demarcam os contextos históricos da historiografia. A ética permite chamar a atenção para a pluralidade dos sentidos da História como disciplina, desabsolutizando-a e desnaturalizando-a. Ao constatar a diversidade moral do conhecimento, evita-se o conformismo da definição do conhecimento como dado em favor de uma valorização da definição do conhecimento como construção intelectual historicamente delimitada. Isso nos obriga a rever uma memória disciplinar estabelecida, que pensa a construção do conhecimento histórico a partir da ciência ao reconhecer no passado apenas a evolução linear de procedimentos que se identificam com a ciência¹⁵. Essa memória faz de Heródoto o pai da investigação histórica, de Lorenzo Valla o inventor da crítica documental, como se estivessem cumprindo passos de um fim que

eles mesmos desconheciam. No plano ético, verifica-se como estes movimentos autorais nada tinham de lineares ou complementares. Assim, a discussão ética conduz a uma consideração sobre o processo de construção do conhecimento.

De outro lado, é preciso levar em conta que as diferentes formas morais em torno do conhecimento evidenciam identidades distintas do grupo social que tem como marca o ofício da História. Assim, a questão ética do conhecimento permite reconhecer diferentes maneiras de se dedicar à História. A própria condição do profissional da História é interrogada pelo seu posicionamento moral no espaço público. Portanto, a relação entre ética e conhecimento aponta para uma das dimensões que constitui um *ethos* particular em que os pares se reconhecem. Em seu desdobramento, a indagação moral se interessa pela inserção social do conhecimento histórico – questão sempre atual, pois se trata de definir e justificar de que modo o conhecimento histórico participa da vida social. Mas são os valores morais da História que afirmam a comunidade e os sujeitos do conhecimento histórico.

Interrogar o papel do conhecimento histórico implica, entre outras coisas, reconhecer a historiografia como um fato moral. Nesses termos, tratar a historiografia como fato moral significa caracterizar a história como valor coletivo que se traduz por meio da escrita da história e de seus autores. Como sublinha Antoine Prost, antes de ser uma disciplina científica, a história se define como prática social (Prost, 1996, cap. 1). A questão que se coloca, portanto, é a da dimensão ética desta prática social. Isso impõe passar da cognição intelectual dos objetos para a consciência subjetiva do que realizamos e experimentamos, e, tal como indica o filósofo alemão Karl Jaspers, “não se trata de método de pesquisa, mas de procedimento que leva algo a acontecer em nós” (Jaspers, s.d., p. 37). Atualizar essa problemática significa buscar os sentidos da História como conhecimento para o nosso tempo.

Referências

- ADORNO, T.W. 2001. *Mínima moralia*. Lisboa, Edições 70, 260 p.
- BÉDARIDA, F. 1998. As responsabilidades do Historiador expert. In: J. BOUTIER; D. JULIA (orgs.), *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ - Ed. FGV, p. 145-153.
- BÉDARIDA, F. 2003. *Histoire, critique et responsabilité*. Paris, Complexe - IHTP/CNRS, 358 p.

¹⁵ Sobre esta questão, consulte-se Guimarães (2003).

- BERGÈS, L. 2005. Les comités des travaux historiques et scientifiques et les sociétés savantes. In: C. AMALVI (dir.), *Les lieux de l'histoire*. Paris, Armand Colin, p. 127-136.
- BIZIÈRE, J.M.; VAYSSIÈRE, P. 1995. *Histoire et historiens*. Paris, Hachette, 254 p.
- DE BROGLIE, G. 1990. *Guizot*. Paris, Perrin, 549 p.
- DE CERTEAU, M. 1982. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 348 p.
- DIOGÈNE. 1994. Edição temática. 168.
- DUMOULIN, O. 2003. *Le rôle social de l'historien*. Paris, Albin Michel, 240 p.
- EINHARD. 2007. *Vida de Carlos Magno (c.817-829)*. Acessado em: 14/10/2007, disponível em: <http://www.ricardocosta.com/textos/vidacarlos.htm>.
- FEBVRE, L. 1978. O problema da descrença no século XVI. In: C.G. MOTA (org.), *Lucien Febvre*. São Paulo, Ática, 190 p. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 2).
- FINLEY, M.I. 1989. *Usos e abusos da história*. São Paulo, Martins Fontes, 258 p.
- GUIMARÃES, M.L.S. 2003. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: S.J. PESAVENTO (org.), *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, p. 9-24.
- HARTOG, F. 2000. The invention of History: The Pre-History of a concept from Homer to Herodotus. *History and Theory*, 39(3):384-395.
- HARTOG, F.; REVEL, J. (dir.). 2001. *Les usages politiques du passé*. Paris, EHESS, 206 p.
- JASPERS, K. 1989. Ciência e verdade. *O que nos faz pensar*. Rio de Janeiro, v. 1, p. 104-117, junho.
- JASPERS, K. s.d. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo, Cultrix, 148 p.
- KOSELLECK, R. 1999. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro, Contraponto, 254 p.
- LA TAILLE, Y. de. 2006. *Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas*. São Paulo, Artmed, 189 p.
- MEYEROWITZ, J. 2004. History's Ethical Crisis: An Introduction. *Journal of American History*, 90(4):1325-26.
- MASCARDI, A. 1994. *Dell'arte istorica*. Modena, Mucchi Editore, 480 p. (Col. Rosa di Gerico).
- MORA, J. F. s.d. Voltaire ou a visão racionalista. In: MORA, J.F., *Vições da História*. Porto, Rés, p. 121-138.
- POCOCK, J.G.A. 1962. The origins of the past. *Comparative Studies in Society and History*, 4(2):209-246.
- PROST, A. 1996. *Douze leçons d'histoire*. Paris, Seuil, 330 p.
- VALLA, L. 2007. *Discourse on the Forgery of the Alleged Donation of Constantine*. Hanover Historical Texts Project. Acessado em: 12/09/2007, disponível em: <http://history.hanover.edu/texts/vallapart2.html>.
- VOLTAIRE. 1889a. Discours sur l'histoire de Charles XII. In: VOLTAIRE, *Histoire de Charles XII*. Paris, Garnier, p. 1-6.
- VOLTAIRE. 1889b. Lettre à M. le Maréchal de Schullembourg, Général de Vénitiens. A La Haye, le 15 septembre 1740. In: VOLTAIRE, *Histoire de Charles XII*. Paris, Garnier, p. 7-12.
- VOLTAIRE. 1989. *Traité sur la tolérance*. Paris, Flammarion, 192 p.

Submetido: 30/09/2007

Aceito 06/04/2008

Paulo Knauss
 Universidade Federal Fluminense
 Departamento de História
 Campus do Gragoatá, Bloco O, 5º andar
 24210-350, Niterói, RJ, Brasil